

PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE EXCLUSÃO
NO TAL: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE
VELHIAS E NOVAS DESIGUALDADES NO BRASIL*

Everaldo Santos MELAZZO**

Resumo: Este trabalho faz parte de um esforço para melhor compreender os processos subjacentes a e/ou geradores do que vem sendo denominado por "exclusão social". Compartilho com muitos colegas(as) sociais a perspectiva de que a disseminação do uso desta expressão não corresponde um esforço teórico de construção de um conceito capaz de se referir de maneira clara e unívoca a determinadas situações e/ou processos claramente perceptíveis e, por consequência, que possa ser utilizado de maneira vigorosa na formulação de ações (ou políticas públicas) que tenham como norte diminuir, amenizar ou fazer retroceder os processos por ela designados. A questão se torna mais complexa quando observamos que sua incorporação no debate acadêmico é posterior a sua proliferação no discurso político partidário, em particular na Europa, a partir dos anos 80. Basta uma olhada breve pela literatura mais recente que incorpora seu uso para perceber que exclusão social pode se referir a realidades distintas – como é o caso de idosos abandonados, crianças de rua, moradores de rua ou a vítimas de desastre de longa duração – ou também para fazer referência a processos simultâneos ou sequenciais que visam dar conta de situações de risco e vulnerabilidade de indivíduos frente a alterações negativas socialmente em suas trajetórias de vida ou, ainda, como caso limite de completas rupturas que levam a dessocialização de

* Foi apresentado na disciplina "História social do trabalho no Brasil", ministrada pelo Prof.ª Dra. Eda Maria Góes, no II semestre de 2003, Curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP.

** Autoridade em Geografia. FCT/Unesp- Presidente Prudente. melazzo@prudente.unesp.br

individuos e grupos. Como questão estratégica que guia a reflexão encontra-se, assim, a tentativa de desconstruir (epistemologicamente falando) os sentidos que a exclusão social vem assumindo no discurso sobre uma parcela da sociedade para daí encontrar seus limites e suas potencialidades.

Palavras-chave: exclusão social; desigualdades; políticas públicas.

Resumen: Este trabajo es parte de un esfuerzo de comprender los procesos subyacentes y/o generadores de la "exclusión social". Comparto con muchos analistas sociales la perspectiva de que a la difusión del uso de esta **expresión** no corresponde un esfuerzo teórico de la construcción de un concepto capaz de relacionar de manera clara y unívoca a situaciones específicas y que sea posible la formulación de la acción (o la política pública) que intente disminuir o hacer retroceder los procesos designados por ella. La cuestión se toma aún más compleja cuando observamos que su incorporación en la discusión académica es posterior a su proliferación en el discurso político en Europa, a partir de los años 80. En una mirada en la literatura más reciente se queda claro que la exclusión social puede mencionar a realidades distintas – persona mayores abandonadas, niños de la calle, habitantes de la calle o víctimas del desempleo de larga duración - o también hacer referencia a los procesos simultáneos o secuenciales de riesgo y vulnerabilidad de individuos que afrontan a alteraciones negativas en su trayectoria de la vida o a rupturas complejas de relaciones entre individuos y de grupos. Como cuestión estratégica que dirige la reflexión está la tentativa de desconstruir (epistemologicamente) las direcciones que la exclusión social viene asumiendo en el discurso a respecto de la sociedad para encontrar sus límites y sus potencialidades.

Palabras-clave: exclusión social; desigualdades; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO: O OBJETO E SEUS RECORTE

Precariedade, vulnerabilidade, exclusão, segregação, desigualdade, desqualificação, deslocalização são noções que passaram a fazer parte do arsenal analítico de grande parte das ciências sociais e procuram dar conta de processos ancorados no crescimento das desigualdades sociais a que se assiste nas últimas décadas, particularmente nos chamados países desenvolvidos. As mudanças em curso que, com dificuldade ainda, as diferentes ciências sociais procuram capturar e analisar são associadas, por sua vez, àquilo que veio se denominando de crise do mundo do trabalho, onde compretem os profundos processos de mutação da produção capitalista, seus impactos sobre o mercado de trabalho e daí sobre os movimentos operários e sindicais em todas as categorias e países.

Localiza-se aí uma relação não trivial e que exige, todavia, uma intensa reflexão: a relação entre as diferentes manifestações de crise do e sobre o trabalho (desemprego de longa duração, aumento do trabalho temporário e de meio período, contratos por tempo determinado, estágios, "bicos" etc.) e processos de diferenciação social também com diferentes manifestações, que poderiam ser agrupados como situações de uma nova pobreza e de aumento das vulnerabilidades de amplos grupos sociais.

Se em um primeiro momento a constituição da sociedade mundial deixou de fora determinados grupos sociais que passaram a adquirir identidades como vagabundos ou marginais, como todo processo histórico as mudanças nas relações contratuais de trabalho, nas últimas décadas, impuseram um redimensionamento daqueles que estão incluídos e dos outros, os excluídos.

A abordagem destes processos, porém, pode ser feita de diferentes maneiras e com diferentes referências teóricas e metodológicas. É possível, inclusive, apontar que as análises lançadas no instrumental teórico marxista, onde os conflitos de classe se objetivam socialmente foram sucedidas por olhares que privilegiaram, a partir do subjetivo, a construção e destruição de

identidades, as trajetórias pessoais, a ruptura de sentimentos de pertencimento etc.

Se não são inconciliáveis, observa-se pouco esforço de análises integradoras de referências individuais e coletivos, da construção de identidades e subjetividades a partir das vivências sociais e de marcos macro-estruturais.

Não é este, entretanto, o objetivo deste texto, por mais importantes que sejam as tentativas nessa direção. A proposta de reflexão aqui é bem mais modesta e procura dar conta de questões que em algum momento possam colaborar com aquela já apontada.

Trata-se aqui, em primeiro lugar, de resenhar duas obras publicadas na França nos anos 90 e só mais recentemente traduzidas para o português. São expostas, assim, as principais idéias de Serge Paugam, presentes no livro "Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza", publicado originalmente em 1994 e traduzido em 2003, e de Robert Castel em "As metamorfoses da questão social. Uma crônica do trabalho", que teve sua primeira publicação em 1995 e sua primeira tradução em 1998.

Este dois trabalhos e seus autores têm exercido uma grande influência na produção brasileira sobre o tema, transformando-se rapidamente em referências obrigatórias. Desnecessário afirmar as cautelas de se tomar estas referências sem atentar para as diferenças entre a realidade francesa e a brasileira.

Para além das resenhas, entretanto, procuramos também, ao analisar tais obras, os pontos de aproximação e de distanciamento dos autores e suas idéias que, em nosso entendimento vão além da questão meramente semântica (desqualificação ou desfiliação) situando-se em perspectivas analíticas distintas sobre os recortes a serem dados ao mesmo objeto de trabalho. Em particular estamos interessados em duas questões específicas: o uso (ou não uso) que fazem ambos da exclusão social, seja como noção, seja como conceito teórico e a vinculação traçada entre a chamada crise do trabalho e as novas formas de desigualdade e pobreza.

Por fim, na parte final, esboçamos os principais elementos que permitem uma "leitura brasileira" a respeito da exclusão social como

trajetória analítica que permite, a nosso ver, ao mesmo tempo, revelar os traços estruturais de uma sociedade marcada secularmente por níveis de desigualdades e os formas conjunturais que hoje se abrem sobre o mundo do trabalho.

2. A DESQUALIFICAÇÃO: TRAJETÓRIAS PESSOAIS RUMO ÀS PERIFÉRIAS DA ESTRUTURA SOCIAL

No último parágrafo da Apresentação do trabalho que se constitui em sua Tese de Doutorado de 1994, Serge Paugam explicita de maneira clara os contornos gerais e estratégicos de seus estudos, os quais tomo como ponto de partida:

A intenção desta pesquisa é dupla. Corresponde, em primeiro lugar, a preocupação de estudar não a pobreza em si, mas de preferência as formas institucionais que esse fenômeno assume na sociedade francesa atual, tendo como ponto de partida a análise de fontes administrativas locais. Em segundo lugar, pretende também contribuir com o exame aprofundado das experiências vividas dessas populações que ocupam os últimos degraus da hierarquia social. A negociação do status e da identidade estabelecida com os assistentes sociais e as relações que se instauram entre essas populações quando residem num mesmo lugar são as dimensões com as quais parece-me heuristicamente fecundo tentar iniciar uma análise sociológica da experiência de desqualificação social. (PAUGAM, 2003, p. 79)

Considero que as chaves para a leitura e análise deste livro encontram-se presentes na citação acima e devem ser exploradas.

Em primeiro lugar explicita-se o recorte da análise quando afirma que seu objeto não é a pobreza, mas as formas institucionais que esta assume; em segundo lugar delimita como fonte inicial os registros administrativos que, como será visto, lhe permitiria classificar e investigar a fundo indivíduos em diferentes posições sociais através de entrevistas; em terceiro lugar apresenta sua preocupação com as "experiências vividas" o que lhe permitirá investigar a construção de diferentes identidades sociais e, por fim, através do uso da expressão "desqualificação social" indica o conceito central de sua análise.

São estes os elementos sobre os quais nos debruçaremos aqui apresentando os percursos trilhados pelo autor e as proposições que nos coloca.

Para Paugan a pobreza enquanto objeto de estudo não passa de uma pré-noção. Para dar conta desta afirmação, o autor argumenta que os estudos que procuram delimitar medidas, principalmente quantitativas, falham uma vez que as normas ou padrões de definição variam ao longo do tempo (sendo, portanto, históricas) e, poderíamos acrescentar, variam também em função do lugar ou lugares onde se faz a medição.

Mesmo assim, segundo Paugan (2003, p.50-53) cristalizaram-se duas fortes proposições teóricas nos estudos sobre a pobreza: a teoria da "cultura da pobreza" que se aprofunda na investigação dos comportamentos incorporados às experiências de privação material ou simbólica e aquela que repudia ao sistema social a imposição de situações limitadoras.

Para fugir de tais interpretações, sem descuidar de que se conjugam sempre imposições sociais e maneiras específicas de como são introyetadas simbolicamente através da construção de identidades individuais e sociais específicas, propõe outra abordagem:

O que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio. Em outros palavras,

50

Tal enfoque é exaustivamente discutido e é deveras elucidativa em relação de Albert Ogien, utilizada pelo autor:

... pode ser heurísticamente fecundo estudar a 'pobreza' como condição social reconhecida e os 'pobres' como um conjunto de pessoas cujo status social é definido por instituições especializadas de ação social que assim as designam. (PAUGAN, 2003, p.55)

[...] a designação 'pobre' não é nem uma pura nomeação, nem apenas a etapa inaugural de uma trajetória de marginalização. Para que uma designação tenha de fato sentido, tanto para os designados como para os designadores, é necessário que as consequências práticas associadas a essa designação se manifestem. Nesse ponto de vista o 'pobre' só aparece porque se prende a uma relação de reabilitação posta em prática por um assistente social, e enquanto esse contato trouxer, ao cliente, dividendos concretos (abertura aos direitos sociais, acesso a uma fonte de renda, obtenção de vantagens múltiplas), para o assistente social, deve trazer a certeza de que sua intervenção é necessária e frutífera. (Ogien, 1986 apud PAUGAN, 2003, p.59)

A ideia acima coloca em discussão o fato de que a nomeação de algum no sentido de lhe conferir identidade é o exercício de um poder, mas que nunca é unilateral, uma vez que necessita, para ser legítimo, de quem o legitime, justamente, no caso, daquele a ser nomeado e de quem tais atos de poder são na maioria das vezes simbólicos e primordialmente historicamente.

O foco do autor volta-se, então, para uma investigação sobre como ligam os serviços sociais, ou seja, o Estado em sua face de bem estar, sobre seu núcleo ativo prioritário, e não esta que se inicia

51

primordialmente, segundo Paugan pela própria definição e classificação dos pobres, em um país determinado, a França, e mais particularmente, através dos registros administrativos dos atendimentos em uma localidade previamente escolhida. É a partir destes registros que Paugan sai em busca para conhecer e entrevistar pessoas, mergulhando em seu universo social e individual e em suas trajetórias de vida.

Deste material o olhar do investigador faz emergir uma classificação, onde são agrupadas características comuns segundo os critérios da ação social sobre elas desenvolvida: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados.

▼ A fragilidade corresponde a um primeiro estágio que se inicia através de "... experiências sociais dolorosas" que podem ser desencadeadas pela perda do emprego, dificuldades de retorno ao mercado de trabalho, a perda de moradia ou problemas de saúde ou ainda "... o fato de residir em uma cité (conjunto habitacional) degradada e socialmente desqualificada ..." (Paugan, 2003, p.34).

A fragilidade constitui-se, assim, em um aumento da vulnerabilidade que pode, a qualquer momento, exigir que o indivíduo se torne dependente dos serviços sociais. Ou seja, mesmo que esporadicamente a eles se dirija para solucionar problemas temporários ou pontuais, essas pessoas creem ainda em sua capacidade de se reerguer e lutar para isto, principalmente buscando aumentos em seus rendimentos ou estabilidade no trabalho.

Os assistidos são, por sua vez, aqueles que se encontram em relação de dependência com os serviços estatais de assistência social. Aliam-se aqui a constatação de que não mais serão inseridos no mundo do trabalho e a necessidade de evitar a pobreza extrema. Desenvolvem diversas estratégias para aceitarem e lidarem com o status de assistidos, dentre elas justificativas que envolvem a necessidade da ajuda para os demais membros da família ou mesmo racionalizações que tentam justificar aquelas situações de assistência como socialmente válidas. Mesmo assim, como aponta Paugan, não deixa de ser notável que as estratégias utilizadas revelam também negociações entre assistentes e assistidos para as definições de

atitudes e padrões de comportamento que extrapolam os limites das leis e regulamentos.

Por fim, a ruptura aparece na situação dos marginalizados. O álcool e a droga são comuns neste segmento, bem como a forte presença de grupos étnicos jovens. Moradores de rua, ausência de relações familiares, impossibilidade de inserção profissional são elementos comuns aos vários casos analisados. Se a assistência social tem dificuldades para acompanhá-los (dada sua grande mobilidade), a própria legislação francesa impõe a residência fixa como requisito para a ajuda. Mas não é incomum que as próprias pessoas queixam-se também rejeitem qualquer tipo de ajuda e Paugan lembra aí uma "inversão simbólica" do estigma: a distância dos serviços sociais mantém a liberdade dos indivíduos e evita que por comparação sua situação seja exposta como fracasso frente à valorização do sucesso individual.

A desqualificação social é, assim, um processo que não pode ser apreendido de maneira linear onde a fragilidade dá lugar à dependência e esta à marginalidade. Trata-se de uma experiência social negativa a ser aprendida por indivíduos, experiência esta que muda em cada indivíduo a construção das distâncias sociais, que se ampliam no tempo.

Expostas de maneira geral as principais idéias e conclusões a que chegou Paugan em seu estudo nos resta esclarecer duas questões que nos parecem fundamentais: a primeira se refere ao peso que mantém em sua análise as questões relacionadas ao trabalho e a região, sua visão a respeito da exclusão social.

De maneira clara, Paugan, logo nas primeiras páginas, focaliza a origem principal do processo de desqualificação social atual, que se refere, segundo ele "... à degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado ..." (Paugan, 2003, p.31).

Este ponto de partida não é explorado do ponto de vista da natureza dos processos recentes vividos pelo capitalismo, nos quais as interações, das relações contratuais e seus impactos sobre as organizações sindicais e movimentos operários se fizeram sentir.

Em diferentes passagens ao longo do livro, Paugan demonstra que está mais interessado nos impactos dessas mudanças sobre os indivíduos e suas identidades, tal como na seguinte passagem, reproduzida a título de exemplo de sua análise:

Com a perda do emprego, o operário não perde somente seu salário, mas também seu status de trabalhador; a maneira como organiza o tempo e o espaço, a sociabilidade nos cafés, suas relações com os companheiros no fim do dia. (PAUGAN, 2003, p.36)

Ou ainda quando afirma que “O problema dos fragilizados é a incerteza ou a irregularidade da renda, desencadeando uma participação apenas parcial na vida econômica e social” (PAUGAN, p.64).

É a relação de trabalho que ao se deteriorar provoca o enfraquecimento paulatino das relações sociais e econômicas. E, por mais que reconheça não existir facilidade neste percurso, demonstra que os mecanismos da assistência social francesa, dentre eles a Renda Mínima de Inserção que produz impactos positivos sobre a vida destes indivíduos, encontram-se aquém da velocidade de produção das rupturas econômicas e suas consequências de negativas experiências vivenciadas por parcela crescente da sociedade.

Ao situar nas rupturas do “mundo do trabalho” o início do processo de desqualificação social Paugan dá a sua análise e, mesmo com uma abordagem distinta, se integra a uma série de outros analistas que vêem se debruçando sobre as transformações das relações salariais.

Porém, ao não localizar exclusivamente no plano econômico a (im) possibilidade da construção de relações sociais (tomadas aqui em seu sentido mais amplo), Paugan consegue reconstruir a própria participação dos sujeitos (ou atores, como ele preferir) na definição e construção de suas identidades enquanto desqualificados.

Valte a pena, reforçando este argumento, reproduzir as três principais conclusões a que chega Paugan ao final de seu livro:

[...] que os atores sociais estudados participam, de certa maneira, da constituição e da redefinição de sua identidade social, ao aceitarem ou recusarem o processo de designação ou de rotulação, ou, em outras palavras, ao aceitarem ou se afastarem dos papéis sociais atribuídos a sua condição social objetiva e ao seu status;

[...] que eles dispõem, mesmo sem dominar totalmente a situação, de uma margem de autonomia que lhes permite estipular individualmente sua inferioridade ou seu fracasso social;

[...] que eles próprios, às vezes com a cumplicidade dos assistentes sociais, estabelecem infra-hierarquias dentro do seu espaço residencial ou do seu grupo de pertencimento, o que raduz, no âmbito das relações sociais, em estratégias de evitamento, de reconstrução das diferenças e, em certos casos, de inversão do descrédito na direção daquelas pessoas com as quais não querem mais ser comparados. (PAUGAN, 2003, p.282)

É este reconhecimento dos sujeitos, e a consequente negação de qualquer tipo de economicismo ou determinação macro-estrutural, que possibilita a construção do conceito de desqualificação como um novo apreendido social no mundo contemporâneo. E daí também, taldo ser casual que durante todo o livro a palavra exclusão social seja utilizada poucas vezes, mas sempre com a indicação de um conteúdo bem delimitado. Sendo vejamos.

A título de exemplo, podem ser citados dois momentos em que aparece a noção de exclusão social:

[...] se os mais desfavorecidos são atirados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho e das instituições oficiais, isso não ocorre porque se desinteressam pelos valores da sociedade em geral, mas porque, na ausência de renda estável, de poder e de instrução, reconhecem que suas chances de promoção social são comprometidas e que estão condenados a viver por mais ou menos tempo em um contexto cultural no limite da exclusão social. (PAULGAN, 2003, p.52)

Ou ainda, ao se referir aos marginalizados:

No limite da exclusão, eles devem se organizar para tentar reconstruir um espaço cultural tolerável ou tentar rejeitar essa situação objetiva humilhante. (PAULGAN, 2003, p.66)

Interessante perceber que em ambos os casos, a exclusão vem acompanhada da palavra limite, o que se repete em várias outras passagens. A exclusão se afigura como uma possibilidade, mas uma possibilidade última. Uma situação liminar seria o último degrau a ser atingido.

Porém, como situação liminar a exclusão só pode ser atingida quando as outras situações forem ultrapassadas, isto é, para além da marginalidade, quando ocorresse o rompimento de todos os vínculos que unem os indivíduos a suas relações familiares, parentais, comunitárias etc. E, além dos vínculos, fossem rompidas também as possibilidades de sua reconstrução, seja a partir de ações do Estado (com políticas de reinsertão), seja pelo esforço próprio individual.

Na mesma linha de raciocínio de Paulgan, poder-se-ia argumentar também que a exclusão seria uma situação na qual sujeitos/atores deixassem escapar até mesmo a possibilidade de reivindicarem para si, construam ou reformularem suas identidades

Mesmo pensando-se em uma situação limite de exclusão, outras investigações deveriam ser ainda realizadas para aquilatar se e em que medida e com qual intensidade os excluídos assim se vêem.

De qualquer maneira, faz-se necessário reafirmar que esta formulação é localizada e datada: a Europa do fim do século XX.

1. A DESFILIAÇÃO: TRAJETÓRIAS SOCIAIS RUMO À INUTILIDADE PESSOAL

A obra de Robert Castel, resultado de sua tese de doutoramento, publicada originalmente na França em 1995 e três anos depois no Brasil, empreende uma ampla discussão histórica assentada em dois eixos de análise diferenciados, porém intimamente complementares: as mutações históricas das relações econômicas entre os indivíduos, em particular as relações salariais, desde o aparecimento do capitalismo como forma predominante de geração de riqueza e as configurações que assume, em diferentes momentos, a "questão social".

Porém, impossível de não ser comentado, o interesse e o foco do autor não é a história destes processos concomitantes, complementares e mutuamente determinantes. Trata-se, outrossim, de revivir o passado em busca das pistas do hoje, das heranças e das memórias das heranças que apresentam sua importância nas questões que atualmente lhe interessam: a crise da sociedade salarial e a "nova questão social".

Se possível fosse, poderíamos assim sintetizar o centro do argumento das inclinações da questão social: as regulações historicamente construídas tendo o trabalho como centro (em sua vertente de relação salarial) vem perdendo seu poder de coesão e integração da sociedade e, consequentemente, a maneira específica, contemporânea e insuficiente desta sociedade em assumir a questão social como resposta a esta mudança e enquanto ação pública e estatal sobre aqueles a quem ela deveria proteger e integrar, esboçando "... o limite dos vínculos que permitiriam a idéia mesma

de posições não iguais, mas concepção mesma da igualdade, o fundamento de seu reconhecimento e de sua legitimidade." (Rizek apud CASTEL, 1998, p.19)

É a partir deste conjunto de questões que Castel estrutura seu livro em duas partes. Na primeira, reconstitui os primórdios de uma assistência social parametrizada por relações primárias de sociabilidade, isto é, a família, a vizinhança, a comunidade próxima. Este momento corresponde à consolidação do feudalismo e à expansão do poder da Igreja que introduz a figura do pobre como aquele que merece ajuda e assistência, indistintamente de sua capacidade ou não para ganhar sua vida por seus próprios meios. Porém, as mudanças econômicas e demográficas levam ao aparecimento de um lado dos vagabundos e de outros dos proletários, tomados aqui no sentido daqueles que não conseguem se afirmar autonomamente em uma sociedade que ainda não generalizou o assalariamento como forma predominante das relações de trabalho. Aliás, Castel é habil para mostrar o quanto esta condição, a de assalariado, ficava reservada àqueles para quem nada mais restava senão se entregar a esta forma (considerada, então) indigna de garantir sua sobrevivência, em uma organização social dominada pelos ofícios e pelas corporações e também questiona a própria formulação social contida nos vagabundos enquanto indivíduos que pretensamente fugiam do trabalho como obrigação moral.

A vagabundagem aparece então menos como uma condição sui generis, do que como o limite de um processo de desfiliação, alimentado na origem pela precariedade da relação com o trabalho e pela fragilidade das redes de sociabilidade que são o lote comum de uma parte importante do povo comum do campo e da cidade. (CASTEL, 1998, p.128)

Mesmo nos primeiros estágios da introdução do capitalismo, por ele denominado de início da modernidade liberal, quando se generaliza o contrato de trabalho como forma dominante de vínculo

entre uma classe de trabalhadores em formação e seus empregadores, sem qualquer proteção ou regulação que não as do mercado aparece, também, uma reação que tenta impedir que o trabalho e a força de trabalho se transformem em mais uma mercadoria entre todas as outras.

Não foram poucos os conflitos em torno desta concepção de um trabalho desregulado em um mundo em veloz constituição, envolvendo as lutas operárias, a formação dos sindicatos e de partidos políticos etc. Não foram poucos, também, os avanços obtidos no logo dos séculos XVIII e XIX no sentido de se criar e estabelecer um novo estatuto para o trabalho que vigoraria até o fim da década XX e que caminha passo a passo junto com uma nova determinação da questão social para esta sociedade da produção de riqueza em massa.

(Castel, nos poucos, vai então reconstruindo

[...] a lenta emergência de uma nova formulação da questão social: a questão do livre acesso ao trabalho, que se impõe no século XVIII e que tem, então, um impacto propriamente revolucionário. (CASTEL, 1998, p. 44)

Este processo de formação e consolidação de uma sociedade salarial é o objeto da segunda parte de seu livro. Em seus quatro capítulos, Castel retorna a construção das regulações que marcaram de um lado a expansão de garantias e direitos ao trabalho e de outro a generalização do assalariamento enquanto relação de dupla liberdade, tal como já apontado por Marx: a liberdade de vender a única mercadoria da qual é proprietário e a de estar "livre" dos meios de produção.

Os temas que soldam a relação entre seguridade e política de assistência social ao trabalho, primordial neste contexto, é garantida pelo Estado. E este é o alicerce, ao longo do século XX desta sociedade regida a partir do trabalho: um novo "contrato social" no qual se redefine o centro e a periferia das relações sociais, que

permite a Castel afirmar a existência do que denominará de zonas sociais de coesão/integração (onde se situam os trabalhadores, estatuariamente garantidos em seus direitos), zonas intermediárias de vulnerabilidade e zonas de desfiliação (para aqueles aliçados das relações contratuais de trabalho).

O que há de novo hoje? O novo é que há uma inversão da tendência assistida até recentemente e este ponto crucial será retomado ao final: as zonas de vulnerabilidade avançam sobre as zonas de coesão (que perdem espaço) e ampliam-se as zonas de desfiliação.

Este, aliás, é o conceito central construído e utilizado por Castel. A desfiliação significa, antes de mais nada, um processo de ruptura (ou rupturas) dos vínculos que unem socialmente os indivíduos, seja em relação à família, à comunidade ou, mais recentemente, com as regulações destinadas a manter sua sobrevivência a partir do assalariamento.

Em uma primeira aproximação ao conceito, Castel se refere aos processos de ruptura das relações sociais primárias, inclusive para dar conta de tais processos em contextos distantes do atual. Reforça assim, a ideia de que a desfiliação sempre existiu, modificando-se historicamente.

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desartelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na *linhagen*, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção. (CASTEL, 1998, p. 50-51)

A partir deste ponto inicial, é possível compreender que a desfiliação é condição própria da vida social, assumindo conteúdos específicos em cada momento. Daí, sempre a necessidade de se perguntar, como o faz Castel: desfiliação em relação a que? Ou seja, a desfiliação é uma referência, uma posição, uma localização social em um sentido negativo. Trata-se do não ser, o estar fora do padrão dominantemente vigente. Daí, também, que:

[...] falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstruir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social. Desfiliação, dissociado, invalidado, desqualificado em relação a que? (CASTEL, 1998, p.26)

(*) desemprego bem como as formas precárias de trabalho (formas de meio período, estágios, informalidade etc.) constituem-se-lhe em, por sua vez, processos que desfiliam os indivíduos de um padrão dominante de vinculações sociais construídas historicamente, em cuja sociedade salarial dos séculos XIX e, principalmente, XX, (meio) é perceptível ao afirmar que

Quaisquer que possam ser as causas, o abalo que atrela a sociedade no início dos anos 70 manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego. (CASTEL, 1998, p.513)

A desfiliação é, hoje, provocada pelo enfraquecimento da "condição salarial" e, mais ainda, do aparecimento de "trabalhadores sem trabalho" hoje e para sempre, tomados os modelos de hoje. Esta transformação, origem da desfiliação em massa atual, é no fundo um momento de transição (mais longo ou mais curto, dependendo do

análise) em direção a uma outra e nova configuração do trabalho e das relações sociais sobre ele fundadas.

Mas não basta constatar o processo e suas origens, inscrevendo sua análise a partir de uma leitura ampla das diferentes formas históricas de desfiliação. Há que se ter em conta que ao mesmo tempo operam em cada momento histórico, processos contrários de "refiliação" que tentam manter a coesão social (real ou simbólica), fundamento necessário à própria vida em sociedade.

Não acentuar para estes processos de integração seria, inclusive, um caminho aberto a um economicismo que localizaria a análise apenas nas diferentes maneiras de integrar os indivíduos, produtivamente e pelo capital, à sociedade da produção.

Portém, antes deste ponto, seria já conveniente, marcar a distinção exposta por Castel (e que aqui nos interessa de perto) entre a desfiliação e a exclusão.

Para ele não se trata meramente de verdade intelectual o uso de um ou outro conceito. A proposição de um conceito deve considerar a realidade a que quer se referir e, no caso, exclusão impossibilita a visualização de um processo mais amplo: nenhum indivíduo ou grupo social pode ser excluído e colocado à margem das relações sociais. A relação é definida pelo conjunto social: mesmo o mais afastado das relações sociais dominantes mantém relações com o centro destas relações. Todo e qualquer indivíduo, mesmo fora da sociedade salarial, continua realizando um conjunto de trocas sociais amplas. O que define o longe é o próximo.

Ao se referir, por exemplo, aos "inimpreáveis", Castel explicita sua posição conceitual da seguinte maneira:

Encontram-se desfiliaados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos, foram desfiliaados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão omnipotente para o conjunto da sociedade. É por isso que dizer que a questão suscitada pela inatividade de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo mundo não é só fazer epíeto a uma vítima.

solidariedade moral, mas sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abato salarial. (CASTEL, 1998, p. 569)

De ainda:

[...] preferirei o (o) conceito da desfiliação para designar o desfecho desse processo. Não se trata de uma verdade de vocabulário. A exclusão é de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo de uma sociedade dual, seria necessário que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa. (CASTEL, 1998, p. 26)

Mais à frente, retomando a mesmo tema, Castel reafirma sua preferência em relação ao uso de exclusão social:

[...] donde a moeda da noção de exclusão, cuja indiferenciação vem recobrir uma infirmitude de pertencimento a um gênero comum. (CASTEL, 1998, p. 32)

O pertencimento a um gênero comum, o do desempregado, do "inimpreável", do precário. Um gênero que deixou recentemente de constituir-se em exceção para caminhar a passos largos para se incorporar em regra da existência social.

Talvez por esta tendência de se transformar em regra é que Castel, já no final do livro, se utilize da exclusão como possibilidade de uma específica relação social, modelada de acordo para cada indivíduo, mas comandada por novos padrões de organização social.

[...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos disjuntivas [...] (CASTEL, 1998, p. 568-569)

Por fim, faz-se necessário retornar à pergunta formulada anteriormente: O que há de novo hoje? Por que as zonas sociais de coesão e integração diminuem pela ampliação das de vulnerabilidade e desfiliação?

Não basta constatar as mutações nas formas de emprego e desemprego como origem da cena contemporânea de desfiliação sem aí reside, a meu ver, a grande contribuição de Castel que é a proposição de que as formas de integração social gestadas e efetivadas no processo de constituição e consolidação da sociedade salarial não são mais capazes de regular a atual situação. As conexões entre a proposta de integração econômica dos indivíduos, as proteções sociais equivalentes e a ação do Estado se rompem.

O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorrhagia de desfiliação que ameaça deixar exangue todo o corpo social? (CASTEL, 1998, p. 34)

Há, então, uma nova "questão social". Na verdade uma transição entre uma situação anterior conhecida e uma nova realidade ainda a ser inventada. Na medida em que as proteções disponibilizadas a partir do trabalho não atingem mais crescentes contingentes sociais, como enfrentar as vulnerabilidades de após proteções.

A resposta, na França analisada por Castel, foi o surgimento tímido no início e generalizado a partir dos anos 90 das políticas públicas de inserção em contraposição às políticas de integração.

As últimas são aquelas políticas públicas amplas e gerais que sustentam a noção de direitos a partir do trabalho: a previdência, a educação pública, a educação etc foram construídas a partir de uma idéia clara que trabalho e segurança social caminhavam juntos: o acesso ao trabalho garante renda e proteção social.

As transformações já explicitadas no âmbito do emprego evidenciam, pois, em cheque, tal regulação. E quanto mais crescem os contingentes de desfiliação e vulneráveis, menos a integração lhes oferece resposta.

Em contrapartida, as políticas de inserção são tópicas, pontuais e de resultados acima dos esperados e propagados oficialmente, levando a autor a uma grande dose de ceticismo quanto à eficácia das diferentes modalidades e programas empreendidos na França (políticas territoriais, missões interministeriais, programas de garantia de renda mínima etc).

As políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter errático de algumas trajetórias de vida não decorre de fatores individuais de inadequação. (CASTEL, 1998, p. 542)

A não garantia do emprego como fim último de uma política que tenta reintegrar indivíduos a uma sociedade que ainda tem no emprego um forte e soberano valor social e individual é o que leva Castel a concluir que "... uma inserção 'puramente social' abre-se para um regime original de existência que cria um problema inédito" (CASTEL, p. 541)

O máximo que seria alcançado com políticas deste tipo, nas condições de autor, seria um estado de permanente reinserção alié que teria fortes do trabalho possam ser validadas socialmente, com

seus equivalentes de proteção social. Afinal, tal como o conjunto do livro demonstra, o trabalho assalariado nem sempre foi a forma predominante de trabalho e nem está condenado a sê-lo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS PARA UMA LEITURA BRASILEIRA

Que argumentos podem ser extraídos das obras analisadas para uma reflexão sobre o Brasil? E, mais além da busca das particularidades e singularidades necessariamente existentes em cada formação social e histórica, seria possível a construção de um conceito de exclusão social?

No Brasil, observa-se também, e de maneira cada vez mais intensa, a utilização do termo exclusão social na formulação de discursos políticos, por parte da mídia e também por aqueles que, do ponto de vista teórico, tem se esforçado para sua formulação conceitual.

Porém, ponto a ser destacado, é que no Brasil o conceito de exclusão vem sendo cada vez mais associado à idéia da desigualdade e de sua permanência secular em nossa sociedade. Assim é que em um dos mais amplos panoramas deste debate no Brasil, intitulado brasileiro de 500 anos* (VERAS, 1999), percebe-se claramente que a evolução do debate não deixa de lado a compreensão das relações de poder que diferenciariam, segregam e limitam amplas parcelas da sociedade brasileira do acesso aos resultados da riqueza socialmente gerada.

Desde os seminários trabalhos de Kowarick (1979), nos anos 70 que se plasma a idéia dos espólios urbanos como aqueles que não têm o direito de participar dos benefícios da urbanização, que com o trabalhos de Maricato (1979) e Singer (1980) aparecem as questões relacionadas à dimensão espacial das desigualdades nas cidades brasileiras via um mercado seletivo e segregador que condiciona o acesso à habitação e à cidade, que Santos (1987) alerta para o per-

do ligar na construção da cidadania, que Oliveira (1997) lança um olhar agudo sobre os processos de transformação mais recentes da qual não cabem mais incluir as massas nem como produtoras e nem como consumidoras.

Voz diferenciada neste contexto é a de Martins (1997) que ao analisar o conceito de exclusão afirma que sua utilização além de legitimar e reproduzir relações marginais também cria um universo alternativo no imaginário social que é, em si mesmo, excludente. O conceito de exclusão é rechaçado uma vez que o que se assiste é a uma inclusão precária ou marginal.

Porém, é possível localizar a partir dos trabalhos de Spensati (1997) uma preocupação diretamente relacionada à formulação teórica do conceito, bem como um avanço no trabalho de base teórico, desenvolvendo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social de São Paulo. Pretendendo assumir o caráter relacional e multidimensional da exclusão social, Spensati sugere diferentes possibilidades conceituais, associando a cada uma sua definição e a maneira específica de recorri-la empiricamente, tal como demonstrado a seguir:

a) Exclusão estrutural: decorreria do processo seletivo do mercado, que não garante emprego a todos, gerando contínua desigualdade. A exclusão, aqui, encontrar-se associada a um modelo de desenvolvimento excludente.

b) Exclusão absoluta: decorrente da condição de pobreza absoluta de uma parcela crescente da sociedade. Trata-se aqui da pobreza, tomada em seu sentido material e não material.

c) Exclusão relativa: sofrida por aqueles que possuem os níveis quantitativos historicamente acessíveis ao ser humano. d) Exclusão qualitativa de acesso e apropriação da riqueza social e das possibilidades historicamente acessíveis ao ser humano. e) Exclusão normalizando e enquadrando que as regras de convivência estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando o nível de minorias. No caso, o padrão de tolerância/intolerância

inclui ou não as heterogeneidades de gênero, etnia, opção sexual, opção religiosa, necessidades especiais etc.

e) Exclusão da representação: Grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos especialmente na relação Estado-sociedade.

f) Exclusão Integrativa: a exclusão é perversamente a forma de um segmento da população permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, tal como anteriormente sugerido por Martins (1997)

Revela-se, assim, a enorme complexidade de situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdem para cada um frente ao estado de destruição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos.

Por fim, vale afirmar que a exclusão social está situada como questão relevante e ganha relevância enquanto problema a partir da esfera pública. As relações que produzem e reproduzem seja a pobreza, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado e a implementação de políticas que permitam reduzi-las ou mesmo erradicá-las não será factível sem a compreensão de que a igualdade (mas não a

heterogeneização) só ganha sentido quando formulada no âmbito público.

Assim, por mais originais e seminais que sejam as obras de Paugam e Castel não há como deixar de notar que, sendo seu marco a constituição social europeia, particularmente a da França, o ponto fica explícito. No Brasil a constituição de uma "sociedade salarial" (segundo Castel) sempre foi incompleta e o saligma da pobreza (segundo Paugam) nunca deixou de ser minimizado, até mesmo por aqueles considerados como pobres.

Isto é, dada a trajetória (já sobejamente analisada) que assumiu a constituição social brasileira, não há como não concordar com Kowarick, quando afirma que:

[...] aqui os desqualificados não são os assistidos, mas aqueles que constituem essa massa de trabalhadores autônomos ou assalariados, com rendimentos ínfimos, que vivem em precárias condições, não têm proteção social e que são estigmatizados como potencialmente perigosos. (KOWARICK, 1999, p.142)

A isto poderíamos acrescentar, ainda, as análises que dão conta das mudanças vividas pelo mercado de trabalho nas últimas duas décadas (aumento persistente do desemprego, sub-contratações, precarizações etc) que se sobrepõem ao quadro das desigualdades históricas apontadas.

Tais particularidades não impedem, entretanto, que possamos resgatar das contribuições de Paugam e Castel questões que nos parecem fundamentais em um debate brasileiro sobre a exclusão social. Selecionamos duas destas questões que nos parecem relevantes:

A primeira diz respeito à formulação de Castels quando afirma que o que define o longe é o próximo. E que, no conjunto das relações sociais estratificadas frente a um conjunto de posições, móveis e fixas em um determinado momento histórico. A referência à sociedade capitalista

européia parece adequada, pois ali se constituiu um centro (a inclusão salarial, regulada pelo Estado) que referenciou as posições sociais. Porém, este não é o caso do Brasil. A centralidade do mundo de trabalho já nasceu, para citar apenas um exemplo, marcada por uma não centralidade (ou por uma exclusão), uma vez que é urbana e industrial, o que pode ser apreendido pela análise das ações varguistas de constituição/regulação do mercado de trabalho brasileiro.

Assim, há que se considerar válido o esforço de construção teórica do conceito de exclusão social no caso brasileiro, uma vez que aqui não se trata, apenas de posições sociais próximas ou distantes, mas de hierarquias sociais que delimitam o dentro e o fora, construídas historicamente por uma sociedade da permanente desigualdade e radicalizadas no momento atual pela ruptura nas perspectivas de inclusão.

Este argumento também, a nosso ver, é válido em relação a Paugam, uma vez que não se trata de desvinculações sociais ou de rupturas de laços sociais. Para cada indivíduo continua válido afirmar que permanentemente são criados e recriados tais laços e vínculos familiares, de vizinhança ou mesmo com o Estado (em suas múltiplas formas). Porém, tais relações, são possíveis afirmar também, mantêm-se restritas à órbita de um cotidiano onde não está incluída a construção histórica de direitos, frente ao mercado (o emprego) e frente ao Estado.

Continua válido, a nosso ver, perseguir e prosseguir o/n caminho da investigação da exclusão social como estratégia de apreender a superposição de velhas e novas desigualdades no contexto da sociedade brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ELIMARIS, Ana A., MELAZZO Everaldo S. et al. A propósito do debate sobre a exclusão social: aportes teóricos, escala local e incluações sociais. *Anais do XIII Encontro Nacional de Sociólogos*. João Pessoa, 2002.

KIDWELLER, Lício. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

() conceito de exclusão social. In: VERAS, M.P.B. *Por uma sociologia da exclusão social*. O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999, p. 138-142.

MARAVATO, Ernina. *A produção capitalista da casa e da cidade*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, ano 12, n. 33, 1997, p. 49-60.

PAUKIAN, Serge. *A desigualdade social*. Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

ROTH, Paul. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

ROTH, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RONATI, Aldaia (Coord.) *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1997.

RODRIGUES, Eliseu S. *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Relatório de pesquisa financiada pelo Programa Políticas Públicas da Fapesp. Presidente Prudente, 2000, 95p.

VERAS, Mauri P. B. Notas ainda preliminares sobre exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: VERAS, M.P.B. *Por uma sociologia da exclusão social*. O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999, p. 13-48.

Recebido para publicação em 31/05/2004